

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Nota.....	2
Título: Prefeitura lançará pré-edital para privatizar a iluminação pública	2
Título: Vale vende filial de fertilizantes por R\$ 255 milhões.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Subsídios fósseis	5
Título: Vale vende divisão de fertilizantes em Cubatão.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Por que privatizar.....	7
Título: Yara paga US\$ 255 milhões por negócio de fertilizante da Vale	8
Título: Tesla lança caminhão elétrico e ‘supercarro’	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Obras impulsionam a retomada da economia.....	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota**

Obra de quinta

Não bastasse o superfaturamento estimado em R\$ 12 milhões — números de 2011 —, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) também apontou que a qualidade da obra de construção da Estrada do Convento, principal acesso ao Comperj, não foi lá essas coisas. A Petrobras tem até fevereiro para identificar problemas e acionar a garantia das empreiteiras.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio****Autor: Luiz Ernesto Magalhães****Título: Prefeitura lançará pré-edital para privatizar a iluminação pública**

Empresa fará manutenção e terá que instalar só lâmpadas de LED.

RIO - O plano da prefeitura para modernizar a iluminação pública do Rio em parceria com a iniciativa privada começa a tomar forma. Ele prevê que os 435 mil pontos de luz existentes serão trocados por lâmpadas de LED em quatro anos. O prazo de concessão será de 20 anos, e ganhará a licitação a empresa que se comprometer a executar os serviços cobrando o menor percentual sobre as receitas que o município arrecada por ano com a taxa de iluminação pública, que chegam a R\$ 260 milhões. As informações constarão do pré-edital da concessão, que o município vai lançar em dezembro para a consulta pública. A licitação será no primeiro semestre do ano que vem. A modelagem do edital está sendo concluída pelo Banco Mundial.

- Parte dos equipamentos terá câmeras acopladas para gerar imagens que ajudem na segurança pública. Haverá também antenas de wi-fi em postes dentro de um conceito de smart city (cidade inteligente). A vantagem da tecnologia LED é que ela gasta menos energia que a das lâmpadas comuns - explicou o prefeito Marcelo Crivella.

Falta de luz em alguns postes da Visconde de Pirajá, em Ipanema, entre os números 540 e 480 Iluminação precária agrava insegurança em Ipanema e no Leblon

Na galeria do Túnel Rebouças que dá acesso à Lagoa, postes com lâmpadas apagadas são vistos em várias regiões

Solução para breu nas ruas da cidade só vem em 2018

Ondas no asfalto. Pista esburacada e desnivelada do BRT Transoeste, na altura da estação Mato Alto, em Guaratiba: Corte de 66% em conservação deixa pistas e calçadas malconservadas e vias às escuras

Quiosques da Praia de Copacabana: maioria dos crimes ocorreu durante a madrugada Quiosques do Leme e de Copacabana sofrem com onda de roubos

Apesar de mais caras, as lâmpadas de LED reduzem de 50% a 70% o consumo de energia e têm maior durabilidade. O sistema já foi implantado em cidades como Nova York, Los Angeles (EUA), Birmingham (no Reino Unido) e Buenos Aires (Argentina).

Antes de a concessão sair do papel, haverá um teste com a tecnologia nos primeiros meses de 2018. Na viagem que fez à China este mês, Crivella assinou um protocolo de intenções com a empresa Ningyu Science & Technology Corp para implantar lâmpadas de LED num trecho de até dois quilômetros de vias do Rio. Está em avaliação que o teste feito seja em parte da Avenida Rio Branco, no Centro. Será instalado também em postes de uma rua na Zona Oeste. A empresa registrou no mesmo documento que estuda investir até R\$ 200 milhões na abertura de uma fábrica de lâmpadas de LED no Rio e tem interesse em participar da concorrência.

Responsável por coordenar uma PPP semelhante em Belo Horizonte, o subsecretário de projetos estratégicos da prefeitura, Luciano Teixeira Cordeiro, explicou que a concessionária terá que se comprometer em gerenciar o sistema com, no máximo, 1% de falhas operacionais - entre lâmpadas queimadas (índice de apagamento) ou acesas de dia. Pelos padrões internacionais que servem como referência para a Riolut, esse percentual é de até 2%, mas apenas sobre o total de lâmpadas queimadas. Hoje, o índice está em 1,2%.

- A primeira tarefa será recadastrar todos os pontos de iluminação do Rio. Hoje, esses dados não são precisos. Também caberá à vencedora, elaborar o plano de substituição da tecnologia. A proposta que será apresentada na consulta pública tem um índice de 25% de troca ao ano- disse Luciano Teixeira.

O subsecretário acrescentou que, na consulta pública, não será divulgado o valor de referência a ser pago na PPP. Hoje, a prefeitura gasta cerca de R\$ 200 milhões por ano na manutenção dos equipamentos e com a conta de energia da Light. O monitoramento do sistema será feito de uma central de controle a ser

montada pela empresa vencedora, que terá que fornecer imagens para o Centro de Operações da prefeitura (COR).

Apesar da concessão, a Riolut não será extinta e seus funcionários serão mantidos. É o que garante a prefeitura. A empresa municipal, que hoje fiscaliza vários contratos com fornecedores terceirizados, passará a ser responsável por gerenciar a concessão. Equipes próprias serão mantidas para atuar em eventos, como carnaval e réveillon, e na manutenção de planos inclinados e dos sistemas de refrigeração de prédios públicos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Vale vende filial de fertilizantes por R\$ 255 milhões

Negócio foi firmado com a norueguesa Yara. Dinheiro será usado para reduzir dívida

A Vale acertou ontem a venda de uma de suas subsidiárias de fertilizantes, a Vale Cubatão, por US\$ 255 milhões, para a norueguesa Yara. A transação, que ainda depende de aprovação de órgãos reguladores, deve ser concluída no segundo semestre de 2018. A Vale pretende usar os recursos para abater parte de sua dívida, que alcançou US\$ 21,1 bilhões ao fim do terceiro trimestre. A Vale Cubatão tem um complexo de nitrogênio e fosfatos com uma capacidade de produção anual de aproximadamente 200 mil toneladas de amônia, 600 mil toneladas de nitratos (divididos entre o segmento de fertilizantes e industrial) e 980 mil toneladas de fertilizantes fosfatados. O complexo emprega aproximadamente 970 funcionários permanentes e 930 contratados.

YARA VAI INVESTIR US\$ 80 MILHÕES

Em 2016, o complexo de fertilizantes comercializou aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de nitrogênio e produtos fosfatados, gerando uma receita líquida de US\$ 413 milhões. A Yara planeja fazer investimentos de cerca de US\$ 80 milhões até 2020, para aproveitar sinergias. “A Yara está investindo forte no Brasil. Além da aquisição da Vale Cubatão, estamos avançando no projeto de mineração e produção de Serra do Salitre (MG), duplicando o parque fabril de Rio Grande (RS) e construindo a nossa primeira unidade de fertilizantes foliares no país, em Sumaré (SP). Agora vamos focar na otimização destas operações”, disse em nota o presidente da Yara Brasil, Lair Hanzen. Segundo comunicado da Vale, o negócio tem entre suas condições precedentes o não exercício do direito de preferência de terceiros até o fim de 2017. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Subsídios fósseis

Na presente ruína orçamentário do país, toda renúncia fiscal precisa ser debatida com minúcia e transparência. Mais ainda se a distorção de preços que enseja implicar efeitos muito além dos cofres públicos.

É o caso da medida provisória 795, ora em tramitação na Câmara dos Deputados. A norma institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Tais produtos se encaixam na categoria de combustíveis fósseis (na qual cabe ainda o carvão mineral, não tratado na MP). São assim designados porque resultaram da acumulação, por milhões de anos, dos restos de organismos vivos.

O entusiasmo com as descobertas do pré-sal eclipsou duas características desses materiais: não são renováveis e, uma vez queimados, lançam na atmosfera compostos, como o dióxido de carbono, que contribuem para o aquecimento global e a mudança do clima, além de poluir o ar das cidades.

Combater tais efeitos negativos sobre a qualidade de vida gera custos que vão de internações hospitalares à reconstrução de cidades afetadas por furacões e enchentes.

O dispêndio causado pelos combustíveis fósseis, contudo, não se acha incluído nos preços de mercado. É o que a doutrina econômica denomina "externalidade".

Tal efeito poderia ser enfrentado, por exemplo, com uma tributação extra sobre o carbono, para racionalizar o consumo dos fósseis. Não só isso não acontece, na maioria dos países, como ainda se magnificam as distorções com subsídios que alguns cálculos põem na casa de trilhões de dólares anuais.

O Brasil, portanto, não está sozinho nos incentivos dados à produção e ao consumo de petróleo. Na exposição de motivos da MP 795, o governo federal estima em mais de R\$ 20 bilhões, de 2018 a 2020, a renúncia fiscal envolvida (projeções mais alarmistas falam em até R\$ 40 bilhões ao ano).

Trata-se de cifras consideráveis, em qualquer dos casos. Seja por razões financeiras, seja pelo impacto ambiental, seria desejável que as decisões acerca do pré-sal se fizessem acompanhar de debate mais cuidadoso e profundo sobre como utilizá-lo no melhor interesse do país —que afinal conta também com enorme potencial para fontes alternativas de energia.

O Brasil já perdeu muito por considerar apenas benefícios imediatos de suas políticas (no caso presente, melhorar o prospecto de receita em leilões de novos campos).

A imprescindível cautela orçamentária, nos dias de hoje, pode representar o gatilho que faltava para atualizar essa discussão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Vale vende divisão de fertilizantes em Cubatão

O presidente da Yara no Brasil, Lair Hanzen, afirma que o grupo prevê investimentos de US\$ 80 milhões nos próximos três anos no país.

A Yara, empresa norueguesa da área de fertilizantes, anunciou, nesta sexta (17), a aquisição da Vale Cubatão Fertilizantes Ltda., em Cubatão (SP), por US\$ 255 milhões (cerca de R\$ 831 milhões, na cotação atual).

A compra será feita com recursos próprios e à vista, mas ainda passará por análise do Cade (órgão de defesa concorrencial) e de órgãos reguladores. A expectativa é que a transação seja aprovada até a segunda metade de 2018, segundo o presidente da Yara no Brasil, Lair Hanzen.

A venda —cujo valor ficou bastante abaixo do valor esperado pelo mercado— ocorre em um momento em que a Vale precisava reduzir seu nível de endividamento, afirma Hanzen. "Chegou o momento em que era interessante para as duas empresas e fazia sentido fazer o negócio. Continuamos interessados em ativos no país, mas, por enquanto, estamos com as mãos cheias para otimizar os ativos."

A Yara detém cerca de 25% do mercado de distribuição de fertilizantes brasileiro desde 2012, quando comprou os ativos brasileiros da Bunge por US\$ 750 milhões.

A compra faz parte de um processo de fortes investimentos do grupo norueguês no Brasil. A empresa planeja investir US\$ 80 milhões (cerca de R\$ 260,90 milhões) nos próximos três anos. Os detalhes do aporte, porém, ainda não podem ser divulgados, segundo o executivo.

Em 2016, o complexo de Cubatão comercializou aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de nitrogênio e produtos fosfatados. A receita líquida foi de US\$ 413 milhões e a geração de caixa foi de US\$ 30 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Por que privatizar

Durante a campanha eleitoral de 2018 o tema privatização será um dos mais explorados. A privatização, que era quase um palavrão em eleições passadas, voltará com força, mas desta vez num outro contexto. A Operação Lava Jato mostrou de forma clara a falência do modelo político brasileiro e, também, a necessidade de mudança no modelo econômico, ao levar para as páginas policiais as estatais e seus fundos de pensão.

Com isso, a privatização, que sempre foi vendida à sociedade brasileira como um mal, uma entrega das riquezas brasileiras aos alienígenas, passou a ser encarada como única forma de blindar as empresas estatais dos interesses pessoais dos políticos e dos sindicatos. Na realidade, o Estado brasileiro tem se mostrado incapaz de exercer seu papel de acionista controlador das estatais e os sindicatos e os políticos assumiram esse papel em proveito próprio e em detrimento da sociedade.

A sociedade brasileira precisa assumir o seu papel de principal acionista (indireto) das estatais e ajudar a promover uma discussão serena, séria e sem demagogias ideológicas sobre a privatização da Petrobrás, da Eletrobrás e do Banco do Brasil. O governo justificou suas intervenções nas estatais pelo fato de elas serem empresas de economia mista e, por isso, além de ter objetivo comum às sociedades privadas, são instrumento de atuação do Estado, devendo também perseguir objetivos de interesse público.

Importante ressaltar que interesse público não deve ser confundido com interesse político-partidário, e esse equívoco é o motivo pelo qual empresas de economia mista no Brasil são reféns dos políticos e sindicatos, desrespeitando totalmente o acionista minoritário. É muito difícil de assegurar sólida governança em empresa na qual a cada quatro ou oito anos muda o seu

acionista majoritário e na qual a qualquer momento, por motivações exclusivamente políticas, se trocam diretores e presidentes.

O modelo com o Estado “grande e interventor” serviu a uma minoria poderosa em detrimento da sociedade. Não faz sentido um Estado moderno, comprometido com o bemestar da sociedade, ser acionista majoritário de empresas de petróleo, de energia elétrica e mesmo de bancos. Por exemplo, o petróleo não tem nada de estratégico. Estratégico e orgulho nacional deveria ser ter educação e saúde básica, bem como segurança pública.

A sociedade brasileira não quer mais conviver com grupos de privilegiados que se sustentam nas empresas estatais criando mitos e mentiras, como O petróleo é nosso. Os críticos da privatização vêm sempre com o discurso de que os movimentos são apressados e que são sempre feitos com o único objetivo de tapar buracos fiscais. E a famosa tese de que a venda de empresas estatais só serve para pagar o almoço.

Nos últimos anos, quem pagou foi a sociedade brasileira, em particular os menos favorecidos. Num processo de privatização, o que menos importa são os valores arrecadados. O principal objetivo é transformar essas estatais em empresas eficientes, que tenham capacidade de expandir os investimentos, que contribuam para o crescimento da arrecadação de impostos e gerem mais empregos.

Não adianta ter gestões competentes, como as atuais de Pedro Parente à frente da Petrobrás e de Wilson Ferreira na Eletrobrás, já que, no caso de continuarem estatais, sempre ficarão à mercê dos interesses escusos de políticos e sindicatos. Enquanto o mundo está em ebulição com a transformação digital e outras inovações revolucionárias promovidas por startups, aqui ainda estamos debatendo se a Petrobrás deve ser estatal ou privada.

O modelo com empresas estatais está completamente exaurido, e não teremos chance como país se não mudarmos esse modelo. Por fim, a privatização promoverá uma grande mudança na composição do Congresso Nacional. Ou vocês têm alguma dúvida de que políticos velhos e corruptos vão sobreviver sem as empresas estatais? Um conselho: nas eleições de 2018, sejamos liberais.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Clarice Couto

Título: Yara paga US\$ 255 milhões por negócio de fertilizante da Vale

Grupo norueguês compra unidade da gigante brasileira de Cubatão da mineradora e aumenta a presença no mercado

A mineradora Vale anunciou ontem um acordo para a venda de sua subsidiária Vale Cubatão Fertilizantes, em Cubatão (SP), para a multinacional norueguesa Yara. O valor do negócio é de US\$ 255 milhões. A unidade de Cubatão é responsável pela produção de fertilizantes à base de nitrogênio e de fosfato.

O acordo está sujeito à aprovação das autoridades regulatórias, e a conclusão do negócio está prevista para o segundo semestre de 2018, informou a Yara. Em comunicado, o vice-presidente executivo da Yara International e presidente da Yara Brasil, Lair Hanzen, afirmou que a aquisição faz parte do plano de crescimento de longo prazo da empresa no País.

“Com mais esse aporte, que inclui também a produção de nitrogenados, a Yara aumenta sua presença na produção nacional e passa a oferecer um portfólio mais completo e adequado às demandas dos agricultores brasileiros e clientes industriais.” A venda da unidade de fertilizantes em Cubatão faz parte do plano da gigante brasileira de minério de sair de negócios considerados não estratégicos.

Também em nota, a companhia informou que “esse é mais um passo na direção da redução da alavancagem da Vale, pois os recursos recebidos irão reduzir o endividamento da companhia”.

Acordo.

A aquisição da Yara inclui o complexo de nitrogênio e fosfatos da Vale, que tem uma capacidade de produção anual de cerca de 200 mil toneladas de amônia, 600 mil toneladas de nitratos (divididos entre o segmento de fertilizantes e industrial) e 980 mil toneladas de fertilizantes fosfatados.

Ainda de acordo com a Yara, em 2016, o complexo de Cubatão comercializou aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de nitrogênio e produtos fosfatados, gerando receita líquida de US\$ 413 milhões. A Yara diz que planeja fazer investimentos de cerca de US\$ 80 milhões até 2020.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Neal E. Boudette / New York Times

Título: Tesla lança caminhão elétrico e ‘supercarro’

Previsto para 2019, Tesla Semi quer mudar transporte de carga com economia 'limpa'

A Tesla já quis reinventar o automóvel e a geração de energia para uso residencial, a partir da luz solar. O fato de ainda não ter completado essas missões, no entanto, não impediu que a empresa se lançasse em outra jornada: recriar a bilionária indústria dos caminhões a diesel.

Em uma apresentação realizada por Elon Musk, presidente executivo da Tesla, a empresa revelou o Tesla Semi, um protótipo para um caminhão elétrico e semiautônomo, ao mesmo tempo em que reafirmou seu compromisso com os carros ao exibir o Roadster, um veloz "super esportivo".

Segundo a empresa, o veículo pesado pode ser mais eficiente e barato de ser operado que os caminhões a diesel que entregam produtos nos EUA, sem emitir poluentes. O Tesla Semi tem autonomia de cerca de 800 km, e pode ir de 0 a 100 quilômetros por hora em 20 segundos transportando uma carga de até 36,7 toneladas – menos de um terço do tempo necessário para que um caminhão com motor a diesel faça o mesmo.

Para analistas, a autonomia de 800 km será difícil de ser atingida: em relatório recente, o banco de investimentos Bernstein estimou que o Semi seria capaz de viajar até 750 km antes de precisar de recarga: "É uma limitação significativa."

Compensação. Por enquanto, o Tesla Semi não tem preço, mas não será barato. "Fazemos produtos caros", disse Musk, no evento realizado em um campo aéreo, na zona metropolitana de Los Angeles, com plateia de 2 mil pessoas. A expectativa é de que o veículo saia em 2019.

O valor do caminhão, será compensado ao longo do tempo: o Semi, promete a Tesla, será mais barato de operar que um caminhão tradicional, porque tem menos componentes que exigem manutenção regular. A estimativa de Musk é que, quando contabilizados todos os custos, o Semi custe US\$ 1,26 por milha (1,67 km), contra US\$ 1,51 gastos, em média, por um caminhão a diesel.

O veículo terá sensores, câmeras e processadores que permitirão aos motoristas usar o Autopilot, recurso de pilotagem autônoma já presente nos outros carros da empresa. O sistema pode acelerar e frear sozinho, mas pede que o motorista mantenha as mãos no volante.

Em dúvida. Ao mesmo tempo em que tenta produzir caminhões elétricos, a Tesla luta para acabar com os problemas na linha de produção do Model 3, sedã de US\$ 35 mil que deveria popularizar os carros elétricos. Apesar da meta de Musk de produzir 20 mil veículos por mês em dezembro, a Tesla só foi capaz de montar 260 em setembro. Para piorar, no mês passado a empresa demitiu

centenas de funcionários por performance abaixo dos padrões, levantando preocupação no mercado.

“O Tesla Semi é bastante promissor”, disse Michelle Krebs, analista da consultoria Autotrader.com. “Mas me preocupo que a Tesla esteja tentando fazer muitas coisas ao mesmo tempo. Eles não podem prometer mundos e fundos e entregar algo abaixo do esperado.”

A competição também deve ser um problema: no mês passado, a alemã Daimler mostrou um trator elétrico, enquanto o Uber já testou entregas com um caminhão autônomo.

Para Krebs, a competição no mercado de caminhões será mais feroz que em outros mercados. “A questão mais crítica com os caminhões é que eles são uma ferramenta de trabalho”, disse. “Eles têm de funcionar todo o tempo, ao contrário de um carro esportivo, que pode ficar na garagem se está em manutenção.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Obras impulsionam a retomada da economia

A retomada do crescimento da economia — que pode ter um PIB de 1% este ano e um piso de 3% em 2018 — fez com que o país voltasse a investir em infraestrutura. Seja pelo modelo de concessões reunidas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que inclui o programa Crescer, seja no Avançar, que representa a retomada e conclusão de 7,44 mil obras que estavam paradas ou em ritmo lento — ambas sob o cuidado do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco —, o governo vai conseguindo reequilibrar o caixa. As estimativas mostram que, com os recursos arrecadados, em outubro, o superavit primário pode passar de R\$ 40 bilhões. O cronograma de obras de infraestrutura está mantido e tem trazido de volta para o Brasil players importantes, como a ExxonMobil.

Criado em maio de 2016, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) garantiu R\$ 24 bilhões em outorga este ano e investimentos de R\$ 132,9 bilhões desde 2016, além da previsão de mais R\$ 105,5 bilhões, em 145 projetos de renovação de contratos, prorrogação de concessões, leilões e privatizações. Quase 40% da carteira total do PPI foi concluída em apenas 15 meses. Até o fim do ano, serão mais 16 projetos entregues e 21 editais publicados.

O programa tem sido fundamental para garantir as receitas necessárias para o governo cumprir as metas orçamentárias. O secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcellos, explicou que o governo colocou em consulta pública, na semana passada, o edital para leiloar a Ferrogrão, a EF-170, que liga os estados de Mato Grosso e Pará, entre Sinop e o Porto de Miritituba, em Itaituba (PA). “Também fecharemos o edital da Ferrovia Norte-Sul e realizaremos o leilão de 11 linhas de transmissão este ano”, afirmou. No último certame do setor, as empresas ofereceram desconto médio de 34% na Receita Anual Permitida (RAP) e algo nessa linha está sendo esperado para a nova rodada. O PPI ainda prevê assinar cinco prorrogações portuárias e privatizar a Lotex em 2017.

Diferencial

Para 2018, Vasconcellos assinala que o PPI prevê novas rodadas de petróleo e gás, além de investimentos em ferrovias, que estavam estagnados desde a década de 1990, além da privatização da Eletrobras, no setor de energia elétrica. “O Brasil entrou de novo na rota do desenvolvimento. Há investimentos em diversas áreas que vão tornar o país competitivo, com crescimento sustentável e geração de emprego e renda”, avaliou. O secretário garantiu que os cronogramas estão em dia. “Temos apenas um ano e cinco meses de programa Crescer e, dos 87 projetos em carteira, já conseguimos passar para a iniciativa privada mais de 60, com êxito”, acrescentou.

Segundo Fernando Marcondes, especialista em infraestrutura do escritório L.O. Baptista, o diferencial do PPI é que o programa está cercado de profissionais técnicos. “O governo aprendeu com os erros cometidos no passado. Está menos impregnado de ideologia. Por isso, ficou mais eficiente. Está se saindo melhor do que eu esperava”, opinou o especialista.

Além desses projetos, 7,3 mil obras públicas serão concluídas em todo o país com R\$ 130 bilhões no programa Avançar, lançado recentemente em cerimônia no Palácio do Planalto. Desse montante, R\$ 48 bilhões são de recursos orçamentários, R\$ 60 bilhões de estatais, sobretudo da Petrobras, e cerca de outros R\$ 30 bilhões de financiamentos que serão concedidos pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na avaliação do economista-chefe da Opus Investimentos, José Márcio Camargo, o governo conseguiu aprovar uma série de medidas que contribuirão para a retomada da atividade econômica. “Reformou o pré-sal, mudou a lei das estatais, liberou o preço de combustíveis, fez a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio, criou a TLP. Em suma, fez um conjunto de reformas

impressionantes e ninguém acreditava que isso ia acontecer. Apesar de toda a crise política, a economia está crescendo”, disse.

Camargo lembrou que a taxa de inflação é de 3%, que o nível de desemprego está caindo, apesar de toda a crise política. “Quando você imaginaria, há cinco anos, algo desse tipo? Nunca! Esse é o ponto e tem a ver com as reformas. O Brasil é mais forte do que há cinco anos porque fez as reformas. Falta a Previdência e muitas outras coisas. Mas muita coisa também foi feita”, destacou.

MME / ASCOM .